



> SETAS - 000400 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO

JUAREZÃO



REQUERIMENTO Nº 209/2016 2016.

L I D O

(Do Senhor Deputado Juarezão)

Em, 25/10/16

Secretaria Legislativa

Requer à Realização de Audiência Pública no dia 10 de novembro de 2016, para discutir a preservação das nascentes em Brazlândia.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do art. 85 c/c art. 69-B "J", ambos do Regimento Interno Câmara Legislativa do Distrito Federal, REQUEIRO realização de Audiência Pública no dia 10 de novembro de 2016, no Auditório da Administração Regional de Brazlândia, com vistas a debater a questão hídrica e a preservação das nascentes em Brazlândia - RA IV.

JUSTIFICAÇÃO

O Distrito Federal enfrenta, periodicamente, situações recorrentes de estresse hídrico. O sistema de abastecimento de água para uso residencial no DF baseia-se, em grande medida, na captação oriunda da barragem do Rio Descoberto. Esse manancial abastece cerca de 65% das residências do Distrito Federal, ocasionando pressões sobre o Sistema Integrado do Rio Descoberto.

Muitas das nascentes desse manancial hídrico localizam-se na Região Administrativa de Brazlândia (RA-IV). Essa região, que é a grande fonte de abastecimento do DF, desfruta, paradoxalmente, de pouca e insuficiente contrapartida governamental, sob a forma de investimentos em saneamento e tratamento de água e esgoto.

Faz-se necessário, na atual conjuntura de crise de abastecimento hídrico, conferir renovada atenção à necessidade de proteger e preservar as nascentes que compõem o sistema de abastecimento do Distrito Federal. A produtividade dos principais reservatórios tem sido comprometida tanto por fatores ambientais, quanto pela ação humana. A captação hídrica tem se reduzido de modo preocupante,

SECRETARIA LEGISLATIVA 21/11/2016 14:47

70112

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



> SETAS - 000401 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JUAREZÃO



situação agravada pelo desperdício oriundo de sistemas pouco eficientes de distribuição, seja para consumo humano, seja para atividades produtivas.

O uso dos recursos hídricos deve se dar de maneira sustentável. No caso das comunidades que se estabeleceram na Região Administrativa de Brazlândia, são necessárias medidas para evitar a contaminação e o desperdício da água, bem como soluções para a preservação nas nascentes. Para tanto, faz-se urgente a realização de investimentos em drenagem pluvial, coleta, tratamento e disposição de esgoto e lixo, de modo a prover condições adequadas para a população.

Diante do exposto, faz-se oportuno discutir a questão hídrica e a preservação das nascentes em Audiência Pública, a ser realizada em Brazlândia – RA IV. A crise hídrica alça, definitivamente, a região de Brazlândia ao primeiro plano das discussões sobre políticas de planejamento ambiental no Distrito Federal, considerando que é de lá que a CAESB capta a maior parte da água que supre o sistema público de abastecimento da capital nacional.

Pretendemos contar com a presença de representantes do governo e órgãos públicos diretamente ligados à questão hídrica, bem como da comunidade interessada. Conclamamos os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 21/10/2016.

João de Paulo

JUAREZÃO
 Deputado Distrital – PSB



f.

Sealoviana





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar
 Telefones: 3348-8051/8052



REQUERIMENTO Nº RQ 2091/2016 L I D O

Do Sr Deputado Wasny de Roure Em, 25/10/16


 Secretária Legislativa

**Requer a realização de audiência pública para
 debater assuntos referentes aos carroceiros do
 Distrito Federal.**

> SETAS - 000402 <

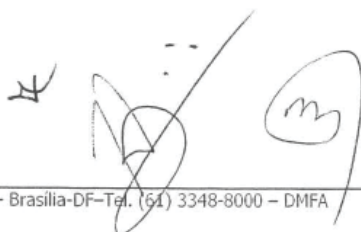
Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos dos artigos 56, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de audiência pública, para debater assuntos referentes aos carroceiros do Distrito Federal, a realizar-se no dia 07 de novembro de 2016, no plenário da Câmara Legislativa.

JUSTIFICAÇÃO

Em algumas regiões administrativas do DF, as carroças são permitidas quando seguem as regras de conduta e estão registrados na administração regional. Os condutores dentro das exigências da lei recebem apoio do governo, mas ainda falta infraestrutura para atendê-los em seu dia a dia.

São necessárias ações que visem a inclusão social dos carroceiros com a intenção de legaliza-los e assegurar-lhes um local adequado para que possam acomodar seus animais, além de formas mais digna de trabalho e que tenham condições mínimas de higiene.



Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000 – DMFA

www.cl.df.gov.br

SECRETARIA LEGISLATIVA 20040006 1544

25/10/16



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar
Telefones: 3348-8051/8052



Em algumas regiões os carroceiros são úteis e ajudam a população, como por exemplo, quando oferecem alguns serviços de frete e de recolhimento de lixo da cidade, o que traz benefícios para a população local.

Segundo informações da Coordenadoria de Cidade do DF, até 2013, no Distrito Federal já havia 1.534 carroceiros cadastrados nas administrações regionais, 1.240 animais com chip, vacinados e coletados sangue para exames clínicos, 406 vistoriados e emplacados pelo DETRAN e 980 carroceiros que participaram dos cursos e estão autorizados a trabalhar nas 22 cidades do DF onde existem essa atividade.

No entanto, ainda há um número considerável de carroceiros que precisam ter seus direitos básicos garantidos, assim como a efetiva criação e uso dos currais comunitários.

Ante o exposto, por ser um assunto de relevância social e de suma importância para as comunidades de carroceiros do DF, esperamos a aprovação da presente audiência pública.

Sala das Sessões, em


Dep. Wasny de Roure

PT

Dep. Agaciel Maia – PR

Dep. Luzia de Paula - PSB

Dep. Bispo Renato – PR

Dep. Prof. Israel Batista - PV



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar
Telefones: 3348-8051/8052



Dep. Celina Leão – PPS

Dep. Prof. Reginaldo Veras - PDT

Dep. Chico Leite – REDE

Dep. Rafael Prudente - PMDB

Dep. Chico Vigilante – PT

Dep. Raimundo Ribeiro - PPS

Dep. Claudio Abrantes – REDE

Dep. Ricardo Vale – PT

Dep. Cristiano Araújo – PSD

Dep. Robério Negreiros – PSDB

Dep. Juarezão – PSB

Dep. Rodrigo Delmasso – PTN

Dep. Júlio Cesar – PRB

Dep. Joe Valle – PDT

Dep. Liliane Roriz – PTB

Dep. Sandra Faraj - SD

> SETAS - 000A04 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar

Telefones: 3348-8051/8052



Dep. Lira – PHS

Dep. Telma Rufino – SEM PARTIDO

Dep. Wellington Luiz - PMDB

> SETAS - 000406 <

07/11/2016
15h
pleno
Jornal
11.58
+



> SETAS - 000406 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DEJ MASSO - PTN**

REQUERIMENTO N.º RQ 2092 /2016
(Do Senhor Deputado DELMASSO)

 25/10/16
 Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, sobre a realização de exames anatomopatológicos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requer, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado informações a Secretaria de Estado de Saúde, sobre a queda no número de exames anatomopatológicos.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o Relatório do 1º quadrimestre de 2016, apresentado no dia 29 de setembro na Comissão de Fiscalização, Transparência, Governança e Controle – CFGTC, verificou-se que não foram utilizados os recursos destinados ao Programa Famílias Fortes, tabela 5, que é um programa para adiar e evitar o primeiro uso de substâncias psicoativas pelos jovens, além de reduzir o grau de abuso de álcool, tabaco e outras drogas.

Esse Programa é coordenado pelo Ministério da Justiça, com o Escritório das Nações Unidas para as Drogas e o crime, Fiocruz e Ministério da Saúde. 0

 SECRETARIA LEGISLATIVA 2016/2016 1301
 R 1174 - 13266



> SETAS - 000407 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Em 2015 foi divulgado pelo IBGE, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, trouxe dados alarmantes sobre os hábitos dos adolescentes brasileiros, os resultados mostraram que o percentual de jovens que já experimentaram bebidas alcoólicas tem subido e os que usaram drogas ilícitas também tem aumentado.

O uso indiscriminado de substâncias entorpecentes, além de causar danos irreparáveis à saúde do usuário, desestrutura famílias e destrói vidas, numa perspectiva física, psíquica e social. O crescente aumento do uso de substâncias psicotrópicas demonstra claramente que os mecanismos usados no combate a esse fenômeno, não têm surtido os efeitos esperados.

O consumo de drogas entre os jovens do ensino fundamental e médio da rede pública, o que corrobora com a ideia de que a prevenção pode ser mais eficaz que a repressão. O reconhecimento da necessidade de prevenção ao uso indiscriminado de substâncias entorpecentes levou o legislador pátrio a sancionar a Lei nº. 11.343/06, conhecida como Lei Antidrogas, que, embora faça referência à repressão, prima pela criação de ações preventivas, através da implantação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD.

Extremamente importante as práticas preventivas, evitando assim, o ingresso da nossa juventude no mundo do crime, sendo como usuário ou até mesmo traficando, o estado deve analisar e identificar a eficácia da política de prevenção no combate ao consumo de drogas.

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade. ¶



> SETAS - 000408 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Dessa forma, solicito informações como está a situação desse Programa no Distrito Federal.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assumira obrigações de natureza pecuniária. *el*



> SETAS - 000409 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



Ante o aventado, rogo, com esteio no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....


**Deputado DELMASSO
PTN/DF**

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

**REQUERIMENTO Nº RQ 2093 /2016**
(Da Deputada CELINA LEÃO)L I D O
Em, 25/10, 16

Secretaria Legislativa

Requer a realização de Audiência Pública, no Plenário desta Casa, a realizar-se no dia 25 de novembro de 2016, às 15 horas, para debater questões relativas à Feira de Artesanato da Torre de TV de Brasília.

> BCTFAS - 000410 <

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro nos termos do art. 85, 239, 240 e 241, do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública, no Plenário desta Casa, a realizar-se no dia 25 de novembro de 2016, às 15 horas, para debater questões relativas à Feira de Artesanato da Torre de TV de Brasília.

JUSTIFICATIVA

O requerimento ora proposto tem como objetivo debater com as autoridades do Distrito Federal, os diversos problemas que os feirantes e artesãos da feira da torre têm enfrentado no desempenho das suas atividades.

A Feira de Artesanato da Torre de TV está no roteiro turístico de Brasília há mais de 40 anos. É ponto quase obrigatório para as pessoas que procuram um passeio barato e típico na cidade.

SECRETARIA LEGISLATIVA 20/10/2016 17:43

Thayane 70154



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



Mas apesar da grande importância que ela tem para a nossa cidade, há muitos anos a Feira da Torre de TV foi abandonada pelo poder público, tanto em termos de infra-estrutura, como também, em termos de manutenção, higiene e segurança.

Os feirantes reclamam que há meses estão sem fornecimento de água no local, os banheiros vivem imundos e para higienizá-los, embora sejam banheiros públicos, os próprios feirantes precisam comprar água de caminhão pipa.

A Falta de segurança é outro grande problema enfrentado pelos feirantes, pois não há postos móveis ou fixos de policiamento na região e os moradores de rua que frequentam o local, constantemente praticam roubos e assaltos aos turistas. À noite também não tem segurança no local e os boxes dos feirantes são arrombados gerando prejuízos pela perda das mercadorias e os danos causados aos boxes.

Por causa dessa omissão do poder público em promover a segurança na feira da torre, os próprios feirantes que estão contratando seguranças particulares para fazer a segurança.

Os feirantes informam que à noite é comum a utilização dos boxes que estão vazios pelos usuários de droga e traficantes, além da prática de prostituição. Inclusive relatam que há famílias de rua que moram nestes boxes que estão vazios.

Outro problema enfrentado pelos feirantes é com relação a insegurança para trabalhar por não possuírem os documentos necessários para o desempenho das atividades naquele local, informam que o Governo do DF não viabilizou a documentação para os feirantes antigos, que já estavam

> SETAS - 000411 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



estabelecidos no outro local e para os novos, trata-se das autorizações que o poder público teria que ter providenciado para os feirantes, além do que, eles também não estão recebendo os boletos para realizarem os pagamentos dos boxes, ou seja, trabalham totalmente inseguros, sem nenhuma garantia de terem um local para expor seus produtos.

Debater as questões relacionadas às dificuldades que os feirantes estão enfrentando é um dever que esta Casa não pode se furtar, pois aquele local é um ponto turístico muito importante para o DF, além do que, o Estado tem o dever de melhorar as condições de trabalho dos artesãos do Distrito Federal.

Diante disso, propomos a realização desta Audiência Pública, para juntamente com as autoridades e os interessados, propormos soluções para trazer melhorias para estes trabalhadores e a valorização deste ponto turístico tão importante para Brasília.

Sala das Comissões, em de de 2016.


Deputada **CELINA LEÃO**





> SETAS - 000413 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL
RICARDO VALE - PT



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº **RQ 2094 /2016**

(Do Sr. Deputado Ricardo Vale)

L I D O
Em, 25, 10, 16

Al
Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno desta Casa de Leis, que sejam encaminhadas a esta Câmara pela Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal as seguintes informações relacionadas à Vigilância Sanitária:

- 1) Quais os ingredientes ativos de agrotóxicos, solventes e metais pesados analisados nas amostras de água coletadas no Distrito Federal?
- 2) Quais os locais onde são coletadas as amostras que são analisadas?
- 3) Qual a Frequência das análises realizadas em cada local de coleta?

Justificação

Tais informações constam nos dados estatísticos do monitoramento de Agrotóxicos em água para consumo humano, executado pelo órgão em parceria com o Ministério da Saúde no ano de 2013/2014. Porém, tais informações não foram inseridas no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade de água para consumo humano, SISAGUA.

As informações requeridas destinam-se a subsidiar o exercício da função de fiscalização e controle parlamentar, previstos na Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa, nos arts. 58, XXXIII e 145, XIX, respectivamente.

Sala das Sessões, em de outubro de 2016

R. Vale
Ricardo Vale
Deputado Distrital

SECRETARIA LEGISLATIVA 2001120016 15:59

Mayone 20154



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA**



REQUERIMENTO Nº RQ 2095 /2016
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA e outros)

L I D O
Em, 25, 10, 16

Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal.

> SETAS - 000414 <

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa, do Distrito Federal:

Requeremos, com amparo nos arts. 60, XXXIII e 155 da Lei Orgânica, combinado com os artigos 15, III, § 2º, XII e 40 do Regimento desta Casa, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, as seguintes informações:

- I- Quanto a construção de Centro de Educação Infantil-Creche, na região do Setor Habitacional Pôr do Sol em Ceilândia;
- II- Existência de recursos destinados via emenda parlamentar. (Federal ou Distrital);
- III- Destinação de área dentro do Setor Habitacional Pôr do Sol em Ceilândia para construção.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento tem por finalidade assegurar o exercício de uma das relevantes atribuições do Poder Legislativo, qual seja da fiscalização da Administração Pública. Portanto, é o que busca fazer o presente instrumento, no caso obter as informações sobre a construção do referido Centro na região do setor Habitacional Por do Sól.

Diante do exposto, rogamos aos nobres Pares o apoio para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em


Deputada LUZIA DE PAULA
Autora



PREFEITURA COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO POR DO SOL - PCMPS

Ofício nº. 068/2016

Ceilândia- DF, 17 de outubro de 2016.

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o, respeitosamente, venho pelo presente solicitar de Vossa Senhoria, sua ajuda em relação à construção da Creche do Setor Habitacional Pôr do Sol.

Cabe ressaltar que a verba para a construção da mesma já foi aprovada através de uma emenda do Deputado Federal Augusto Carvalho, e que a área para sua construção também já está destinada dentro do nosso setor.

Sendo assim aguardamos por uma resposta positiva de Vossa Senhoria, pois sabemos que não medirá esforços para tentar nos ajudar.

Certo de sua compreensão, agradecemos.

Para maiores esclarecimentos colocamo-nos à disposição através dos telefones:
8478-8015 / 9643-5383 .

Atenciosamente,

FRANCISCA AMBRÓSIO DO NASCIMENTO
Prefeita Comunitária

Ao Senhor

JÚLIO GREGÓRIO
Secretário de Educação do Distrito Federal.



> SETAS - 000416 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



REQUERIMENTO Nº _____ **RQ 2096 /2016**
(Da Senhora Deputada SANDRA FARAJ)

L I D O
Em, 25/10/16

Secretária Legislativa

Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, com amparo do art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 15, III, c/c art. 40, do Regimento Interno desta Casa de Leis, as seguintes informações ao Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal:

- 1) Relatório contendo os valores dos custos mensais/fixos e regulares referente aos hospitais e unidades de saúde vinculadas; da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal;
- 2) Relatórios mensais contendo o número de atendimentos, procedimentos e cirurgias realizadas em cada um desses estabelecimentos de saúde;

JUSTIFICAÇÃO

As informações ora requeridas destinam-se a subsidiar o exercício da função de fiscalização deste Legislativo em suas atribuições institucionais, devendo o agente público prestar as informações requeridas no prazo legal, nos termos do art. 60, XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal, uma vez que tais informações serão de fundamental importância, no sentido de embasar as atividades legislativas desta parlamentar, em sua função legiferante.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Deputada **SANDRA FARAJ**



> SETAS - 000417 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



REQUERIMENTO Nº _____ RQ 2097 /2016
(Da Senhora Deputada SANDRA FARAJ)

L I D O
 Em, 25/10/16

 Secretária Legislativa

Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Senhor Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, sobre a aplicação das receitas arrecadadas de cobrança de multas, referente aos anos de 2015 e 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, com amparo do art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 15, III, c/c art. 40, do Regimento Interno desta Casa de Leis, as seguintes informações ao Senhor Diretor do Departamento de Trânsito do DF, relativas à aplicação das receitas arrecadadas de cobrança de multas, referente aos anos de 2015 a 2016, contendo:

- 1) Relatório mensal dos valores arrecadados com a cobrança de multa de trânsito a partir do ano de 2015, até a presente data;
- 2) Relatório contendo o montante decorrente de rendimentos de aplicações financeiras da cobrança de multa de trânsito;
- 3) Relatório contendo a utilização/destinação/aplicação dos recursos arrecadados, de modo que fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- 4) Relatório detalhado contendo percentual de destinação e de aplicação de valores para cada uma das áreas: sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito;
- 5) Com relação à educação de trânsito, quais os programas foram aplicados os recursos e quanto foram gastos em cada operação;
- 6) Relatório de destinação dos valores arrecadados para publicidade;
- 7) Relatório de recursos que porventura tenham sido canalizados na Fonte do Tesouro e não nas verbas adstritas ao código de receita classificada em rubrica própria.

SECRETARIA LEGISLATIVA 2404/2016 1442

Widely 7-114



> SETAS - 000418 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



JUSTIFICAÇÃO

As informações ora requeridas destinam-se a subsidiar o exercício da função de fiscalização deste Legislativo em suas atribuições institucionais, devendo o agente público prestar as informações requeridas no prazo legal, nos termos do art. 60, XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal, uma vez que tais informações serão de fundamental importância, no sentido de embasar as atividades legislativas desta parlamentar, em sua função legiferante.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Deputada **SANDRA FARAJ**



> SETAS - 000419 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



REQUERIMENTO Nº _____ RQ 2098 /2016
 (Da Senhora Deputada SANDRA FARAJ)

L I D O
 Em, 25/10/16
 Secretária Legislativa

Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem – DER-DF, sobre a aplicação das receitas arrecadadas de cobrança de multas, referente aos anos de 2015 e 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, com amparo do art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 15, III, c/c art. 40, do Regimento Interno desta Casa de Leis, as seguintes informações ao Senhor Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem – DER/DF relativas à aplicação das receitas arrecadadas de cobrança de multas, referente aos anos de 2015 a 2016, contendo:

- 1) Relatório mensal dos valores arrecadados com a cobrança de multa de trânsito a partir do ano de 2015, até a presente data;
- 2) Relatório contendo o montante decorrente de rendimentos de aplicações financeiras da cobrança de multa de trânsito;
- 3) Relatório contendo a utilização/destinação e a aplicação dos recursos arrecadados, de modo que fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- 4) Relatório detalhado contendo percentual de destinação e de aplicação de valores para cada uma das áreas: sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito;
- 5) Com relação a educação de trânsito, quais os programas foram aplicados os recursos e quanto foram gastos em cada operação;
- 6) Relatório de destinação dos valores arrecadados para publicidade;
- 7) Relatório de recursos que porventura tenham sido canalizados na Fonte do Tesouro e não nas verbas adstritas ao código de receita classificada em rubrica própria.

SECRETARIA LEGISLATIVA 24/11/2016 14:46

Wesley 701/14



> SETAS - 000420 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



JUSTIFICAÇÃO

As informações ora requeridas destinam-se a subsidiar o exercício da função de fiscalização deste Legislativo em suas atribuições institucionais, devendo o agente público prestar as informações requeridas no prazo legal, nos termos do art. 60, XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal, uma vez que tais informações serão de fundamental importância, no sentido de embasar as atividades legislativas desta parlamentar, em sua função legiferante.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Deputada  **SANDRA FARAJ**



> SETAS - 000421 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj**REQUERIMENTO Nº _____ RQ 2099 /2016**
(Da Senhora Deputada SANDRA FARAJ)L I D O
Em, 25/10/16

Secretaria Legislativa**Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Senhor Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF.****Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, com amparo do art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 15, III, c/c art. 40, do Regimento Interno desta Casa de Leis, as seguintes informações ao Senhor Diretor do Departamento de Trânsito do DF, sobre a promoção de campanhas educativas tendo como público-alvo os ciclistas, pedestres e os condutores de veículos, visando divulgar o uso adequado de espaços compartilhados, o respeito e a convivência entre os modais de transporte, contendo:

- 1) Relatório a partir do ano de 2015, até a presente data, contendo estudos e planejamentos de toda infraestrutura de sinalização referente as ciclovias, ciclofaixas e faixa compartilhada;
- 2) Relatório a partir do ano de 2015, até a presente data, contendo os valores aplicados em campanhas educativas permanentes tendo como público-alvo os ciclistas, pedestres e os condutores de veículos, visando divulgar o uso adequado de espaços compartilhados, o respeito e a convivência entre os modais de transporte, conforme preceituum as Leis nº 3.885/06 e 4.397/09;
- 3) Relatório contendo as ações educativas de segurança de trânsito e fiscalização com foco na redução do número de acidentes de trânsito envolvendo ciclistas;
- 4) Relatório contendo as ações educativas de segurança de trânsito sobre a implantação da ciclofaixas em Águas Claras, sobre as novas estruturas cicloviárias e as normas de trânsito;
- 5) Relatório contendo medidas ou ações de moderação de tráfego, sinalização e fiscalização, no que diz respeito à implantação da ciclofaixas em Águas Claras.

SECRETARIA LEGISLATIVA 24012016 5446

Widney 7/01/16

S



> SETAS - 000422 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj**JUSTIFICAÇÃO**

As informações ora requeridas destinam-se a subsidiar o exercício da função de fiscalização deste Legislativo em suas atribuições institucionais, devendo o agente público prestar as informações requeridas no prazo legal, nos termos do art. 60, XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal, uma vez que tais informações serão de fundamental importância, no sentido de embasar as atividades legislativas desta parlamentar, em sua função legiferante.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Deputada  **SANDRA FARAJ**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



REQUERIMENTO Nº. RQ 2100 /2016
(Do Senhor Deputado DELMASSO – PTN/DF)

L I D O
Em. 25/10/16

Secretaria Legislativa

**Requer a realização de Sessão Solene,
a realizar-se no dia 03 de novembro
de 2016, às 19 horas, no Plenário, em
comemoração ao Dia do Corretor de
Seguros.**

> SETIAS - 000423 <

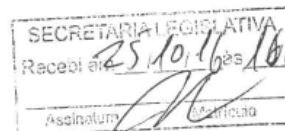
**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal:**

Requeiro nos termos do art. 124 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de Sessão Solene a realizar-se no dia 03 de novembro de 2016, às 19 horas, no Plenário, em comemoração ao Dia do Corretor de Seguros.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a definição legal, o corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e a promover contratos de seguros, admitidos pela legislação vigente, entre as sociedades de seguros e as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.

Em linhas gerais, o papel de corretor de seguros é de orientar o consumidor sobre modalidades e condições dos seguros existentes nas diversas seguradoras (prêmios, formas de prevenção de sinistro, sistema de franquias, bônus, descontos, entre outros). Nota-se, pois, que a função desempenhada pelo corretor de seguros tem sido demandada em frequência crescente, haja visto os riscos constantes que o cidadão brasileiro enfrenta em seu dia-a-dia, riscos de roubo e furto de bens materiais, por exemplo. o





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



O presente requerimento tem por objetivo realizar sessão solene para congratular a todos os corretores de seguro do Distrito Federal, bem como para debater e analisar medidas capazes de viabilizar melhorias qualitativas para essa categoria, a qual apresenta sua importância para o conjunto social.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em.....

> SETAS - 000424 <


Deputado DELMASSO
Autor



DEP. CRISTIANO ARAÚJO


DEP. RAIMUNDO RIBEIRO

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
03/11/2016
HORA: 9h LOCAL: Plenário
Páris 11.58



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Do Deputado Claudio Abrantes - REDE

REQUERIMENTO Nº RQ 2101/2016
 (Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)

L I D O
 Em, 25/10/16

Requer a realização de Sessão Solene no dia 05 de dezembro de 2016, em comemoração ao Dia do Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal.

Com fundamento nos artigos 99, IV, e 124 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Sessão Solene no dia 04 de dezembro de 2015, às 15h, no auditório do Ed. Sede da PC/DF, para homenagear os Peritos Criminais da Polícia Civil do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA
 Recebi em 25/10/16 às 16h
 Assinatura _____ Matrícula _____

A presente proposição tem por objetivo homenagear os Peritos Criminais da Polícia Civil do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados a sociedade brasileira.

O perito criminal desenvolve atividades de nível superior, complexas e diversificadas, envolvendo planejamento, coordenação, supervisão, controle e execução de trabalhos periciais criminais relativos ao levantamento, coleta, análise, codificação, decodificação e pesquisa de padrões e vestígios em geral.

Os homenageados nesta proposição são pessoas respaldadas, que desenvolvem trabalhos reconhecidos, cujos ideais encontram-se em consonância com a eficiência dos serviços prestados à Polícia Civil do Distrito Federal, e consequente a qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Empregando diuturnamente, a doação, a dedicação à perseverança e a capacidade profissional. Demonstrando as vantagens que deles derivarão posteriormente, em uma sociedade constituída com base espírito de serviço aos outros.


Portanto, notória é a importância dos serviços prestados por esses profissionais, merecendo eles serem homenageados por esta Casa.

Assim, peço o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de _____ de 2016

de Wm. J. J. J.
de Wm. J. J. J.
de Wm. J. J. J.
 Deputado **Claudio Abrantes**
 REDE/DF

DATA RESERVADA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO
 05 / 12 / 2016
 HORA: 15h LOCAL: EXTERNO

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
25 10 2016	16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA		1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 93ª
(NONAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Conforme o disposto no art. 110, incisos I e II, solicito à Sra. Secretária que faça a leitura do expediente que está sobre a mesa e da ata sucinta.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.


Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (Pausa.)

Dispensar a leitura e indago se algum Deputado deseja retificar as atas lidas. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação e, como já são de conhecimento de todos os Deputados, dou por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 86ª Sessão Ordinária;
- Ata da 87ª Sessão Ordinária;

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
25 10 2016	16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA		2	

- Ata da 88ª Sessão Ordinária;
- Ata da 20ª Sessão Extraordinária.

Em primeiro lugar, nós desejamos a todos os trabalhadores boas-vindas a esta Casa. Quero dizer aos servidores do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental que, quanto ao projeto de decreto legislativo de vocês – eu sou o Relator –, da minha parte vocês têm todo o apoio, e eu vou votar favoravelmente a ele. Aos dentistas e ao pessoal da saúde bucal de uma maneira geral, amanhã, às 19h, tenho uma audiência pública para debater exatamente o assunto de vocês, e todos estão convidados a estarem conosco aqui no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. À Defensoria Pública – não preciso nem dizer –, o apoio é total e irrestrito. Nós temos estado juntos. E àqueles que precisam e querem trabalhar, a gente está, logicamente, favorável.

Pena que nos coloquemos a favor deste tema, Deputado Chico Leite e Deputado Chico Vigilante, e infelizmente o Governador mantenha-se irredutível naquilo que deveria ser a oportunidade de trazer as pessoas que querem ajudar o Distrito Federal a dar certo, porque infelizmente até agora ele está dando errado.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Desculpe. A Deputada Telma Rufino está me avisando aqui para dizer que nós não terminamos de falar.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, se for favorável aos trabalhadores, podem ter certeza: o meu voto é com vocês. Não aceitamos caloteiro aqui dentro.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Dá-se início ao PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)


Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min		

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, quero saudar os futuros servidores da Secretaria de Educação, os orientadores educacionais, os dentistas, os futuros defensores e servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal, os legistas da Polícia Civil e os demais futuros servidores que estão aqui hoje na nossa galeria.


Quero também dizer, Deputado Bispo Renato Andrade, que votarei junto para devolver a esperança a estes que fizeram concurso e em favor do aparelhamento da Administração Pública do Distrito Federal. Votarei pela derrubada do veto, que, nada mais, nada menos, autoriza o Poder Executivo, a partir do ano de 2017, quando ele se recuperar financeiramente, a fazer as contratações que são necessárias para a recomposição da força de trabalho da Administração Pública do Distrito Federal. Então, quero aqui já declarar o meu voto. Vou votar pela derrubada do veto, com base na justificativa do reaparelhamento da Administração Pública do Distrito Federal.

Deputado Bispo Renato Andrade, quero discutir uma questão que tem assolado todos os moradores do Distrito Federal: o problema da segurança pública. Nós estamos vivendo atualmente uma grave crise com a greve da Polícia Civil do Distrito Federal, mas eu quero avançar por causa da sensação de insegurança com que os moradores e as pessoas no Distrito Federal vivem hoje, Deputado Chico Leite. Muitas vezes, nós, de bate-pronto, achamos que essa insegurança se deve à falta de polícia na rua, à falta de rondas ostensivas. Eu estive conversando com o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal e vi todo o planejamento de operações que está sendo executado. Quero aqui parabenizar a Polícia Militar do Distrito Federal pelo excelente trabalho, mas eu acredito que o aumento da criminalidade tem dois fatores.

O primeiro fator é social. Nós estamos vivendo uma grande crise, que tem levado as pessoas a perderem os seus empregos e, infelizmente, com isso, aqueles que são mais fracos caem na criminalidade. O segundo fator é a falta de uma política pública de segurança. Eu não falo de uma política de segurança voltada às forças de segurança, mas uma política que venha a fazer o monitoramento desta cidade.

Eu li recentemente que a cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, Deputado Bispo Renato Andrade, identificou quais eram os pontos mais violentos da região e, em uma atitude simples, implementou o que é chamado de monitoramento eletrônico nesses pontos. O resultado, segundo o Departamento de Polícia da cidade de Nova Iorque, foi alarmante no bom sentido, pois colocou uma redução em torno de 60% da criminalidade naquele lugar.

Então nós temos condições de voltar o projeto de monitoramento que foi feito em governos anteriores. Inclusive na cidade do Itapoã foi feito um projeto piloto para implementar um monitoramento eletrônico, com vistas, Deputado Ricardo Vale, a dar sustentação e até mesmo um norte à ação das forças de segurança, tanto à Polícia Militar, quanto à Polícia Civil. Isso foi feito em governos anteriores. A

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
25 10 2016		16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

cidade do Itapoã foi usada como exemplo, depois se expandiu e, infelizmente, isso parou, aumentando a sensação de insegurança na população.

Aí eu pergunto por que não retomarmos esse projeto ou por que não retomarmos o projeto de fazer uma segurança integrada com as forças policiais para o qual vai se fazer um monitoramento real de tudo o que acontece na região, integrado tanto às delegacias quanto aos batalhões de polícia. Por que não retomar isso e devolver ao Distrito Federal não só a sensação de segurança, mas também a rapidez nas prisões e até mesmo na atuação de combate ao crime?

Quero aqui citar um exemplo que aconteceu no Itapoã, Deputado Bispo Renato Andrade. Quando foi implantado esse sistema de segurança de monitoramento eletrônico, um meliante foi assaltar um supermercado, e o sistema de segurança estava integrado ao batalhão da Polícia Militar e à delegacia que atende à região do Paranoá e do Itapoã. Deputado Ricardo Vale, no momento em que o meliante estava fazendo o assalto, a central de operações identificou que estava acontecendo aquela ação, mobilizou a viatura mais próxima e o meliante foi preso em flagrante dentro do supermercado no Itapoã.

Eu acredito que é desta forma que a sociedade, que as pessoas gostariam que a segurança pública na Capital da República funcionasse: de imediato. A segurança pública hoje depende de uma ligação para o 190 ou mesmo para o centro de operações mais próximo, que, muitas vezes, por falta de pagamento, não está funcionando para ter uma atuação mais próxima.

Então, Deputado Rafael Prudente, quero aqui defender a instalação e o retorno do monitoramento eletrônico que era feito, a exemplo da cidade do Itapoã, para todo o Distrito Federal, integrado com as ações ostensivas da Polícia Militar e com a investigação da Polícia Civil.


DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, primeiro quero agradecer o aparte e depois parabenizar V.Exa. por trazer um assunto tão importante.

Primeiro, a população do Itapoã está jogada. Nós não temos ali um batalhão da Polícia Militar, nós não temos uma delegacia. Nós temos um restaurante comunitário fechado, nós temos um centro de saúde que pouco atende à população. Nós não temos uma rodoviária. A população do Itapoã está 100% desassistida. Foi feita à época realmente, como V.Exa. falou, a instalação de 25 câmeras, só que se esqueceram de fazer um contrato de manutenção, ou seja, hoje esse sistema está todo desativado.

Podem reclamar do Agnelo, mas o Agnelo colocou alguns policiais, inclusive, no final do seu mandato, deu posse, se não me engano, a setecentos policiais. O Governo Rollemberg aposentou mais de 3 mil policiais. Há mais de quatrocentos para

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
25 10 2016		16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

serem aposentados até o final do ano e há mais mil e poucos para se aposentarem no ano que vem e sequer há concurso público para a Polícia Militar.

Então fica aqui o meu pedido ao governo para que volte esse projeto das câmeras, que foi um projeto, salvo engano, de mais de mil câmeras. Se houver cinquenta que funcionam hoje, é muito. É um projeto muito importante. Só se faz segurança pública com inteligência e com policiais nas ruas.

Também faço um apelo aqui e me somo à V.Exa. não só para que volte esse projeto que já foi licitado e para o qual já há uma empresa contratada para fazer a instalação dessas câmeras, como também para que publique o quanto antes o processo de concurso da Polícia Militar para repor os que aposentaram.

Parabéns a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputado Rafael Prudente.

Só para concluir, muitas vezes a gente pensa somente a segurança pública com essa ação da inteligência, mas também é necessário que se invista na educação, principalmente em educação integral, em tempo integral. É necessário que o Governo do Distrito Federal dê uma saúde de qualidade para a população do Distrito Federal e também, Deputado Bispo Renato Andrade, é necessário que o Governo do Distrito Federal, por meio do fortalecimento da sua Defensoria, dê o acesso à Justiça.


Então, eu quero aqui defender que é necessário que se pense numa questão integrada para Segurança Pública no Distrito Federal. Ela não pode ser tratada como uma caixinha à parte, ela tem que ser integrada e precisa ser em tempo real. Inteligência e os melhores homens nós temos, tanto na Polícia Civil, quanto na Polícia Militar, o que é necessário é dotá-los de ferramentas para que eles possam trabalhar.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Para ficar mais claro agora – eu continuo ouvindo os Líderes –, orientadores educacionais, professores, defensores públicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, técnicos em nutrição, profissionais de odontologia e tantos outros que aguardam nomeação, sou totalmente favorável à derrubada dos vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Podem contar com o meu voto, tenham certeza absoluta!

Apenas para concluir, o Governador precisa parar de planejar o gasto do dinheiro público com futilidades, como a viagem do Secretário de Turismo para Las Vegas e as pautas impopulares como a implantação das OS. Chega de calote! É hora de rever a gestão de Estado e começar a trabalhar por um serviço público de qualidade. Falta pessoal nas escolas, nos hospitais. Portanto, é preciso contratar servidores para suprir essa defasagem.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min		

Amanhã, quarta-feira, iremos realizar uma audiência pública para discutir a falta de políticas públicas de saúde bucal e as condições de trabalho dos profissionais de odontologia no Distrito Federal. O Distrito Federal está entre os estados com maior defasagem de pessoal na área de odontologia do serviço público. Segundo o Conselho Regional de Odontologia – CRO/DF, o ideal seria que Brasília oferecesse um profissional para cada 1.500 pessoas, enquanto, na verdade, esse número está muito abaixo do necessário.

Portanto, amanhã, 26 de outubro, às 19h, no plenário da Câmara Legislativa.

Parabenizo os dentistas pelo seu dia. (Palmas.)

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou ser breve. O tempo já tarda, são quase 17h. Em virtude do debate mais fervoroso ali no Colégio de Líderes e em respeito às pessoas que estão aqui, eu gostaria de já propor a inversão da pauta. E que, logo em seguida aos Comunicados de Líderes e de Parlamentares, passemos imediatamente à votação da derrubada dos vetos.

É isso, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acabei de chegar ao plenário e gostaria somente de fazer uma consulta à V.Exa., para saber o que vamos fazer. Vamos apreciar, logo após os Comunicados de Líderes, a derrubada dos vetos? Apenas para eu saber. Eu gostaria de saber quais são os vetos que iremos discutir, somente para ficarmos inteirados daquilo que foi acertado no Colégio de Líderes.


Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui também reforçar a ideia de inversão da pauta. Que possamos votar primeiro o item nº 1, que trata da LDO, para podermos derrubar os vetos.

Obrigado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
25 10 2016		16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Consulto os Líderes se abrem mão dos Comunicados de Líderes e dos Comunicados de Parlamentares, para entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa)

Não há acordo.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.


DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio a fala pela Liderança do PT cumprimentando os servidores presentes, principalmente os que vieram buscar apoio àquilo que, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi apreciado no que tange às definições de parâmetros de números para as contratações previstas. Terão o apoio da nossa bancada, dos três Deputados: Deputado Ricardo Vale, Deputado Chico Vigilante e Deputado Wasny de Roure. Já foi previamente acertado, porque isso é um anseio.

Nós precisamos ter claro que tanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto a LOA – Lei de Orçamento Anual são matérias autorizativas, mas, sem elas, não pode acontecer ação nesse sentido. Então, é preferível ter a possibilidade da nomeação daqueles números previstos, do que não ter. Se não houver aquelas previsões, aí é que não haverá mesmo. É importante manter aquilo que a LDO previu e, portanto, ter os quantitativos estabelecidos conforme o acordo firmado entre cada um dos Parlamentares.

Quero ainda, Sr. Presidente, trazer a esta Casa e a este Plenário a visita que nós fizemos à cidade de São Sebastião no sábado passado. É extremamente relevante percebermos o quadro de tensionamento nas áreas públicas daquela cidade. Eu visitei a comunidade Vila do Boa e também a associação dos carroceiros, que é detentora de 64% de hectares. Uma parte foi ocupada pela população dos antigos carroceiros, mas a verdade é que o número de carroceiros, Deputado Joe Valle, hoje é mínimo naquela localidade. Lá praticamente é uma grande gleba de terra numa área ambiental extremamente vulnerável, que precisa ter uma concessão de uso para a associação dos carroceiros e, ao mesmo tempo, permitir a ocupação para fins habitacionais de, aproximadamente – eu não sei exatamente o número, posso errar –, duzentas famílias, digamos assim por alto.

No entanto, é preciso esclarecer que essa área, parece-me, é de propriedade do Incra. Foi o Incra que firmou esse convênio e essa concessão de uso sem ônus por parte dessa atividade, na época do Governo Cristovam, quando os carroceiros tinham a responsabilidade de fazer a coleta de lixo. Isso fortaleceu bastante aqueles detentores de cavalos, de carroças etc.

Pode parecer uma matéria muito irrelevante nesta Casa, mas eu quero chamar a atenção dos colegas. A cidade tem uma população que vive nessa atividade extremamente significativa, e ela gera uma série de efeitos. Se o Estado não tomar conta... O animal é indutor de vários problemas, como é indutor de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
25 10 2016		16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

desenvolvimento, desde que bem utilizado e bem cuidado. Portanto, estamos trazendo a esta Casa um debate que nós queremos fazer, Deputada Luzia de Paula, que é o papel que têm o cavalo e a carroça no serviço prestado por essa comunidade. O Deputado Joe Valle já trouxe esse debate a esta Casa tempos atrás, e nós precisamos revisitar esse processo.

Sr. Presidente, eu quero dizer que iremos fortalecer esse debate na Câmara Legislativa, porque entendemos que esses detentores de animais – pequenos empresários, vamos assim dizer – que trabalham com cata de material de construção, transporte de n tipos de produtos, mudança etc. têm que ser enxergados como profissionais.

A Secretaria da Agricultura, com seus órgãos, tem de dar apoio do ponto de vista de vacinação do animal e o Detran, com o emplacamento das carroças e tudo mais. Não se pode tratar esse cidadão como marginal da sociedade. Isso é extremamente ruim, porque são cidadãos que produzem, é claro, com uma remuneração bastante desvalorizada e que precisam ter o reconhecimento do poder público.

Eu quero ainda, Sr. Presidente, para concluir a minha fala, trazer a esta Casa o debate de ontem sobre educação integral, no qual contamos com a presença do Deputado Prof. Reginaldo Veras por um período. Quando falamos de educação em tempo integral, estamos falando de educação por 10 horas/dia. Foi um projeto bastante exitoso no governo anterior.


Alegava-se, por outros motivos, que não havia infraestrutura para fazer o que se pretendia. No entanto, hoje são 23 escolas em Brasília, Deputada Luzia de Paula, de tempo integral. Quero registrar a manifestação da Secretaria de Educação em manter, em apoiar, mas eu quero também rediscutir o perfil da alimentação, porque, em escolas como essas, têm que ser oferecidas cinco refeições.

O Deputado Joe Valle é um exímio produtor agrícola do ponto de vista de qualidade. S.Exa. pratica agricultura orgânica para poder estimular a qualidade do produto. Nós temos um procedimento grave: tanto a carne como o feijão oferecidos hoje no âmbito das nossas escolas são produtos enlatados, alegando-se uma série de fatores. Não é porque não temos problema, que agora vamos abrir mão de uma alimentação de qualidade. O enlatado nunca foi um procedimento muito adequado, em face dos efeitos colaterais que tem proporcionado. Nós tivemos uma especialista na área nutricional que apontou a conduta inadequada da Secretaria de Educação no que diz respeito à utilização desse tipo de produto.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny, primeiro, quero parabenizá-lo por sempre estar trabalhando de forma extremamente coerente, trazendo assuntos de importância para esta cidade de maneira muito clara e efetiva.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
25 10 2016		16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

Nós precisamos tomar alguma atitude. Eu me reporto ao meu companheiro Deputado Prof. Reginaldo Veras, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, e a V.Exa., que tem tomado todas essas atitudes. Não tem como, na Capital da República, termos um serviço desse nível, de servir carne enlatada para nossos estudantes. Efetivamente, V.Exa. tem toda a razão. Quero aqui deixar o meu protesto, tenho falado sobre isso.

Os produtores rurais desta cidade, os produtores familiares têm condições, no processo, de servir tudo isso. Nós temos produtores de todos os níveis nesta cidade que podem servir esses alimentos, como temos também comerciantes que podem trabalhar para levar um produto de boa qualidade. Não existe a menor possibilidade de, no século XXI, na capital do agronegócio mundial, da produção de alimentos do mundo, ter esse tipo de comida sendo servida na alimentação escolar desta cidade. No meu entendimento, isso é um absurdo completo e nós precisamos representar contra quem está fazendo isso.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, eu queria encerrar minha fala. Acho que esse tema que abordei há pouco tem que ser aprofundado. Esse foi apenas um primeiro momento.

Eu quero ainda registrar aqui, Deputado Julio Cesar, que hoje nós tivemos, no Auditório do UniCeub, o lançamento da marca Brasília, Deputada Luzia de Paula. A Fecomércio criou a marca Brasília num concurso pleiteado e aprovado na Câmara do Turismo, que foi construído como instrumento de incentivo à implantação do turismo em nossa cidade através de políticas públicas etc.


Nós estivemos lá representando a Câmara Legislativa em nome da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo. Lá estava a comunidade acadêmica, lá estava o setor produtivo, lá estavam os meios de comunicação e, sobretudo, a comunidade estudantil.

Eu quero cumprimentar aqui o Sr. Adelmir Santana, Presidente da Fecomércio, como também eu quero cumprimentar o Reitor do UniCeub, Sr. Getúlio, que hospedou esse importante evento em que se fez o debate sobre o turismo. Ali no Centro Universitário, inclusive com a presença do Secretário, de alguns pensadores do tema e de vários sindicatos que compõem essa grande rede do turismo, foi feito, então, esse lançamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando com os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero saudar a todas as pessoas que estão aqui na galeria.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
25	10	2016	16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Sr. Presidente, vou falar muito rapidamente. V.Exa. demonstrou muita preocupação com essa votação de hoje em respeito a todos esses servidores e futuros servidores.

Sr. Presidente, eu estou abrindo mão da minha fala em respeito a essas pessoas, pois eu acho que elas já foram penalizadas demais por esses vetos, por este governo. Portanto, eu queria solicitar a V.Exa. que, logo após o Comunicados de Parlamentares, iniciássemos o processo de votação exatamente com a derrubada dos vetos, até convalidando a sensibilidade que V.Exa. demonstrou no Colégio de Líderes, pedindo para, realmente, não fazermos mais essas pessoas esperarem além do que este Governador já fez.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Encerrando os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.


Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu quero dizer que todo mundo, todos os servidores que estão aqui sabem do meu compromisso. Portanto, eu vou votar pela derrubada de todos os vetos. Essa é uma decisão que eu já tomei há bastante tempo.

Segundo, Sr. Presidente, eu quero abordar aqui dois assuntos da mais alta importância. Um deles é o fechamento da Pediatria do Hospital do Gama. Este hospital, há vinte anos, no Governo do PT, foi declarado pela Unicef como Hospital Amigo da Criança. É bom que se diga que, naquele tempo, o Sr. Rodrigo Rollemberg era Secretário de Turismo do Governo Cristovam e, agora, como Governador, Deputado Joe Valle, está transformando o Hospital do Gama em hospital inimigo da criança, porque está acabando com a Pediatria do Hospital do Gama, o que é uma vergonha.

Eu recebi aqui um abaixo-assinado, colhido por uma conselheira tutelar do Gama, uma professora, esposa de professor. É a Ana Maria, esposa do Cléber, diretor do Sinpro. É uma conselheira tutelar que sabe da responsabilidade que tem, Deputado Bispo Renato Andrade. Ela colheu esse abaixo-assinado com milhares de assinaturas, pedindo a reabertura da Pediatria daquele hospital. Uma cidade com as características do Gama, Deputada Luzia de Paula, não tem mais Pediatria. As crianças do Gama não vão poder ser tratadas no Gama. Isso é uma vergonha. Se eu fosse o Governador, eu renunciaria ao mandato, se não tivesse a capacidade de manter a Pediatria daquele hospital.

Portanto, eu espero que o Governador volte atrás e determine – porque governador tem que mandar, governador que não manda não é governador – e

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 10 2016		16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

mande reabrir a Pediatria daquele hospital. Que ele atenda o abaixo-assinado de mães que estão exigindo.

O outro assunto refere-se ao reajuste dos servidores. Governador, o senhor garantiu que ia pagar os reajustes – não pagou ainda. Está dando calote. Mas, Governador, o senhor garantiu – e eu estava presente – que ia pagar a licença-prêmio dos professores e dos demais servidores. Não é justo que esses trabalhadores, agora, depois de aposentados, com dívidas altíssimas no BRB, estejam recebendo um calote sem ter com que pagar suas dívidas, porque o senhor não pagou a pecúnia, que é um direito dos trabalhadores. Não dá, gente! Confesso a vocês que eu estou cansado de tanta incompetência, de tanta irresponsabilidade, de tanta falta de compromisso.

Por último, quero abordar um tema muito triste. Eu participei, hoje pela manhã, Deputado Joe Valle, do sepultamento de um vigilante de eventos, o Cássio, que era chamado carinhosamente de Caio. Esse vigilante estava trabalhando numa boate no Gama, uma casa de *show* chamada Millenium. Ele era vigilante de eventos, não tinha carteira assinada. Ele foi trabalhar porque até a luz do barraco dele estava cortada. Ele foi para ganhar o dinheiro para pagar a luz.

O Caio era pai de uma criança de 5 anos, de uma de 1 ano e, Deputado Wellington Luiz, a esposa dele está grávida de três meses.


Às 5h da manhã... Deputada Luzia de Paula, isso é o que me choca. Um cabo da Polícia Militar de Goiás, que não dá para ser chamado de policial, é um bandido, chegou, de manhã, destratou o vigilante. Chamou o vigilante e, quando o vigilante se aproximou do carro, ele sacou uma pistola e deu o primeiro tiro. Acertou no braço. Deu mais um tiro e acertou no outro braço. Quando o vigilante correu para tentar se safar, ele deu mais cinco tiros. O vigilante tombou morto, e esse elemento ainda foi lá mexer no corpo do vigilante e inventar uma mentira, dizendo que o vigilante tinha usado um simulacro de arma. É mentira. O vigilante não tinha nem com que pagar a luz.

Eu vi o desespero da mãe no cemitério. Vi o desespero da esposa, vi o desespero dos colegas e clamo à sociedade de Brasília: esse crime não pode ficar impune.

O delegado do Gama prevaricou. O bandido foi pego em flagrante, mas o policial, delegado do Gama, o liberou. O cara não está preso. O Caio está morto, mas o elemento não está preso.

Isso me deixa triste, porque um policial que deveria dar exemplo, bêbado, às 5h da manhã, armado com uma pistola ponto 40, mata um pai de família.

Isso chama a atenção, também, das autoridades, especialmente da Polícia Federal, que tem que fiscalizar o serviço de vigilância de eventos, e da Delegacia do Trabalho, Superintendência agora, que tem que exigir o cumprimento da lei. Os trabalhadores precisam receber o mínimo, Deputado Rafael Prudente, estabelecido em convenção, que é uma mixaria de 134 reais, mas tem tomador de serviço,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min	

atravessador, gato – desculpem-me pela expressão, mas é a revolta –, tem vagabundo pagando 80 reais a um pai de família para morrer.

Isso é a Capital da República. Isso não pode continuar desse jeito. É preciso que a sociedade se levante contra isso. Esses trabalhadores não podem continuar invisíveis e morrendo nas mãos de facínoras.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.


DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero solicitar que seja incluído na pauta o Projeto de Resolução nº 290, de 2016, que trata de uma resolução da Mesa Diretora referente à prorrogação do prazo para que o Deputado Distrital possa ficar sem filiação partidária.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero saudar os trabalhadores que honram esta Casa ao comparecerem à galeria. Temos ali orientadores educacionais, trabalhadores na área de odontologia, defensores públicos, professores, pessoal do IML, pessoal da segurança pública, companheiros da CUT e de várias outras instituições. E, ao saudá-los, Sr. Presidente, quero manifestar aqui apenas, com muita tranquilidade e rapidez, o momento muito triste que vive o Distrito Federal.

Ontem nós tivemos notícia de uma situação que aconteceu nas dependências de uma repartição pública, Deputado Joe Valle, que foi um atrito entre dois profissionais da segurança, dois delegados de polícia, concursados, que quase chegaram às vias de fato. Inclusive tem-se notícia de que alguém teria puxado arma para alguém. Essa situação só está se agravando no Distrito Federal. Acho que é o momento de o governo refletir. Veja que hoje nós tivemos, na reunião do Colégio de Líderes, Deputado, uma informação do governo – porque foi uma informação da Secretária de Planejamento, Deputado Wasny de Roure – dizendo que só voltará a conversar com os servidores da educação no mês de fevereiro. Como se as coisas não estivessem acontecendo! Olha, estamos torcendo para que as coisas que estão se prenunciando não aconteçam, mas, se acontecerem, serão irreparáveis. Ontem nós tivemos um exemplo claro disso. Eu não sei quem pode aconselhar o Governador acerca da gravidade da situação.

Eu, sinceramente, nunca vi... E olha que já presenciei, em Brasília, uma vez, um atrito entre a Polícia Militar e a Polícia Civil ali perto do Palácio do Buriti, mas a situação nunca esteve tão tensa, Deputado Joe Valle, como está sendo neste momento no Distrito Federal. Nós temos hoje servidores públicos que foram obrigados a entrar de greve para exigir... Não é apenas o cumprimento da palavra do governo, mas é também o que a lei determina. E ele não pode nem dizer que a lei não determina isso, porque o Ministério Público, ano passado, entrou com uma ação tentando descaracterizar as leis que foram aprovadas e perdeu por 17 a 0.

O direito dos trabalhadores ao reajuste é evidente. O Governador pediu uma moratória, uma carência de um ano e foi atendido. Os trabalhadores foram

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
25 10 2016		16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA		13

compreensivos. Eu nunca tinha visto na história política dessa cidade. Os trabalhadores foram compreensivos e, agora, que é o momento de honrar, o governo vem com essa conversa de novo, dizendo que não tem dinheiro. Aí, quer dizer, você vai criando um caldo que vai resultar numa explosão social! Os serviços públicos estão parados, os hospitais não funcionam, as UPAS não funcionam, nenhuma repartição pública está funcionando, a segurança está preocupada com a briga que está tendo aí. O que está funcionando nesse governo?

Então, o que estou pedindo aqui é um apelo àqueles que têm a possibilidade de conversar com o Governador. Que conversem com ele e mostrem a gravidade, que requer uma ação imediata. Não basta fazer as besteiras que fez, como editar um decreto antigreve, essa baboseira toda. O que ele precisa é chamar os trabalhadores para conversar e ter uma conversa resolutiva, uma conversa em que ele aponte o caminho verdadeiro, porque a responsabilidade é dele. Ele não pode fugir dessa responsabilidade.

Então, Sr. Presidente, eu agradeço a paciência, a tolerância que V.Exa. teve conosco. Solicito que seja incluído na pauta o Projeto de Resolução nº 29, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.


DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir que seja feita a leitura de um requerimento de uma audiência pública que protocolamos aí agora há pouco. E que possamos aproveitar o *quorum* aqui e votar logo esse veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores que estão nas galerias, quero aqui, como servidora, declarar que estou ao lado de vocês na nossa caminhada. Eu não diria na caminhada de vocês. Somos servidores públicos. Então, a caminhada e a luta são nossas.

No dia 5 de outubro, Sr. Presidente, a imprensa do Brasil trazia, naquela manhã, a seguinte matéria: "Além de cantar, ele é produtor musical, *backing vocal* e professor de canto. Denilson Bhostos provocou curiosidade não só nos técnicos, mas também nos telespectadores, ao se apresentar atrás da cortina do *The Voice Brasil*. Com o *hit Primavera*, de Tim Maia, o brasiliense fez as cadeiras de Teló, Brown e Lulu virarem. E a escolha do técnico não poderia ser diferente: Denilson é fã de Lulu Santos e, agora, integra o seu time na disputa do *reality*."

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min		

Por que estou falando disso? Esse menino nasceu, Sr. Presidente, no Hospital de Ceilândia. Ele cresceu em uma das quadras chamadas de quadras perigosas, uma quadra onde realmente a maioria dos meninos não consegue, Deputado Chico Vigilante, chegar a sua idade adulta devido à falta de condição de vida e de sobrevivência naquela comunidade: a QNN 5 de Ceilândia.

Esse menino, hoje, é um grande artista e representa o Brasil, representa a nossa cidade. Tenho muito orgulho de estar aqui hoje nesta tribuna, porque ele está conosco aqui nas galerias. Denilson Bhostos, esse grande artista ceilandense, representando Brasília, representando a nossa grande Ceilândia. Falo isso porque o conheço, conheço a sua luta pela sobrevivência e principalmente a sua luta como artista, como músico. Ele tem os seus filhos em uma das creches que tive a oportunidade de fundar há alguns anos.

Denilson, estou aqui hoje para registrar a sua presença. Você está passando por Brasília e vem juntamente com seu colega João Henrique Sena, também um grande artista da nossa cidade. Ceilândia já pôde mostrar ao Brasil a Ellen Oléria e mostrou outra grande artista. Hoje temos lá, no *The Voice Brasil*, o nosso Denilson Bhostos.

Eu queria pedir a todos, a todos aqueles que lutam pelo seu direito que nos ajudassem a lutar por esse pai de família, por esse grande artista, por esse grande cantor, que vai estar se apresentando, em breve, no próximo *The Voice Brasil*. Com certeza absoluta, Denilson, estarei nesta tribuna junto com você, com Brasília, com o Brasil e principalmente com a cidade de Ceilândia, para que possamos comemorar a sua vitória, porque você já é e será o vencedor desse *The Voice*.

Um grande beijo da tia Luzia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Obrigado, Deputada.


Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, primeiramente, cumprimentar a galeria e os diversos servidores que aqui se encontram.

Desde já, declaro o meu voto a favor da derrubada de todos os vetos desta tarde. Somos favoráveis, sim, a que isso, de fato, aconteça. Estou vendo ali diversas categorias que podem contar com o meu apoio incondicional em relação ao veto que será votado daqui a pouquinho.

Eu queria aproveitar e dizer que, no dia de hoje, Samambaia comemora 27 anos de sua criação. Fiz questão de comemorar, junto com a comunidade, o dia de hoje, e também com o Governador Rodrigo Rollemberg.

Após a catástrofe ocorrida na semana passada, foi montada uma força-tarefa, em que cerca de 870 servidores, de diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, trabalharam para ajudar aquela comunidade. Fiz questão, no dia do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min		

incidente, de estar na madrugada, juntamente com o Governador, acompanhando o que realmente aconteceu. Diga-se de passagem que foi muito triste. A Defesa Civil calculou que, em cerca de 95% das 1.280 residências afetadas, foram concluídos os reparos estruturais. Até o momento, o governo de Brasília distribuiu 4.500 telhas, 2.580 tijolos, 1.279 cestas básicas, 120 colchões e 120 sacos de cimento para as famílias em situação de vulnerabilidade social, além das doações de empresários da região. Quatorze das dezessete escolas danificadas foram recuperadas.

Quero parabenizar a ação integrada do governo para o atendimento às vítimas do temporal, coordenada pelo Secretário das Cidades, Marcos Dantas, que teve o apoio incondicional do Corpo de Bombeiros, na pessoa do nosso Comandante Hamilton; da Polícia Militar, com o Comandante Nunes; da CEB; da Novacap; do SLU; da Administração Regional de Samambaia, com o Administrador Paulo Silva, além das Secretarias do Trabalho, de Segurança Pública e da Paz Social, de Educação, de Saúde, do SAMU, do Detran, dos CREAs e de vários órgãos envolvidos na ação.

Agradeço também o empenho de todos, principalmente do Governador Rodrigo Rollemberg, que fez questão de estar presente em Samambaia justamente para prestar apoio àquelas famílias. Hoje, estive lá e fiz questão de visitar mais algumas famílias. Estamos lutando por Samambaia.

Parabéns, Cidade de Samambaia e todos os órgãos que não mediram esforços para ajudar aquela sociedade! Deus abençoe a todos!

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, já quero tratar dos itens de votação. Existem alguns artigos que foram vetados pelo Governador e, em uma análise prévia, se derrubarmos o veto que trata da questão dos servidores que estão aqui e também de outros, vamos trocar seis por meia dúzia. Em um dispositivo da lei, autoriza-se a contratação, mas há outro que irá proibir a contratação, o limite de gastos.


Então, estamos fazendo um levantamento, pelo Bloco Juntos por Brasília, do que exatamente deve ser derrubado hoje, para garantir, efetivamente, essa autorização e para que, no ano que vem, o governo faça essas novas contratações e a gente não entre em duplicidade, derrubando o veto dos anexos, que autoriza a contratação. O texto da LDO, em alguns pontos, pode proibir a contratação.

Assim, para que a gente jogue com extrema verdade, peço a V.Exa. que levante os itens que realmente devem ser mantidos e os que devem ser derrubados.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min	

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou inscrito para falar, mas quero abrir mão, para que a gente possa apreciar o veto, liberar o pessoal que está aqui desde cedo e resolver logo essa história.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que a gente passe logo para a votação, exatamente pelo que já foi exposto. O pessoal está aqui desde antes das 3h da tarde.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fizemos uma análise dos vetos e de tudo o que envolve a questão de autorização na LDO. Nossa posição é de derrubar todos agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dá-se início à
 ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências”.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que faça o destaque do art. 47, inciso I.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Votaremos em separado.


Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto parcial ao parágrafo único do art. 32, aos arts. 40, 42, 43, 52, 54 e 65 e aos dispositivos dos anexos I, II, III e IV, referentes às Emendas nºs 90, 97, 99, 100, 106, 128 e 129. (Pausa.)

A Deputada Sandra Faraj não se encontra.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min	Sessão/Reunião 93ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 17

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui, pelo Bloco Juntos por Brasília, fazer o destaque, na derrubada do veto referente ao Anexo IV, das linhas 8, 9, 58, 68, 70, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 100, 102, 103, 114, 115, 117 e 119.

Quero explicitar que essas são todas as linhas que foram vetadas do Anexo IV. E eu gostaria de encaminhar a manutenção do veto ao restante do Anexo I e também ao texto original que foi vetado pelo Governador. O Anexo IV entrou no encaminhamento do Bloco Juntos Por Brasília para a derrubada do veto a todas as linhas citadas, e a manutenção dos vetos anteriores.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço paciência a V.Exa. que eu vou ler bem devagar.

O objeto de derrubada de que se está tratando aqui é o seguinte: linha 8, Defensoria Pública do DF, que autoriza a contratação de 50 vagas, e, se se mantiver o veto, não se contrata; linha 9, analista de apoio à assistência judiciária, 210 vagas, esse veto nós queremos derrubar; linha 58, profissionais de suporte metroviário, 104 vagas; linha 68, cirurgião dentista, 148 vagas; (Palmas.) linha 70, enfermeiro, 650 vagas; linha 88, técnico em enfermagem, 1.500 vagas; linha 89, técnico administrativo, 620 vagas; linha 90, especialista em saúde/nutricionista, 462 vagas; linha 91, técnico em nutrição, 160 vagas; linha 92, fisioterapeuta, 91 vagas; linha 93, terapeuta, 91 vagas; linha 98, pedagogo orientador educacional, 280 vagas; (Palmas.) linha 100, agente de trânsito, 160 vagas; linha 102, procurador, 25 vagas; linha 113, realinhamento e ajuste do Plano de Cargos e Carreiras da DPDF – Defensoria Pública do Distrito Federal; reposição de perdas inflacionárias da Defensoria Pública; implantação progressiva da gratificação de produtividade da Defensoria Pública; carreira de assistência à educação do Distrito Federal – também queremos derrubar esse veto; e conselheiros tutelares.

São esses vetos que estamos prontos para derrubar. (Palmas.)


DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas acompanhar o que foi apresentado pelo nobre Deputado e Líder Delmasso e, da mesma forma, o destaque que foi feito pelo nobre Deputado Cristiano Araújo, que já é de conhecimento de V.Exa. e da sua assessoria.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min	Sessão/Reunião 93ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 18

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ratifico e faço a indicação do Bloco Juntos por Brasília – que é composto por mim, Deputada Telma Rufino, Deputada Sandra Faraj e Deputada Liliane Roriz – pela derrubada do veto a todos os itens do Anexo IV, que foi lido pelo Deputado Chico Vigilante. (Palmas.)

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Só peço para agilizar a votação, Presidente, porque eu tenho um compromisso daqui a pouco e quero votar a derrubada do veto dos servidores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com o Regimento, existindo acordo por parte dos Líderes – e todo mundo aqui está de acordo –, podemos fazer uma votação global. Portanto, vota-se tudo de uma única vez e se derruba o veto agora. (Palmas.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós concordamos com o Deputado Chico Vigilante, desde que seja ressaltado o destaque apresentado pelo Deputado Cristiano Araújo, que preserva o direito dos servidores públicos.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ah, sim.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer: foi feito o destaque do art. 47, inciso I.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Já foi acatado, Deputado Cristiano Araújo. O Deputado Bispo Renato Andrade ainda vai ler o relatório.

Solicito ao Deputado Bispo Renato Andrade que emita relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1107/2016, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 171/16-GAB, de 03 de agosto 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 1107/2016, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 892 a 927.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que vetou os seguintes dispositivos do projeto pelas razões abaixo mencionadas:

Parágrafo Único do art. 32 (emenda 90)

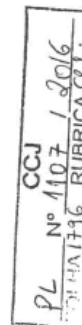
O gasto com pessoal da Defensoria Pública do DF integra o cômputo da despesa total com pessoal do Poder Executivo e percebe-se o constante crescimento desse tipo de gasto nos últimos anos. Mesmo com as crescentes intervenções, o limite prudencial de gastos com pessoal foi atingido, gerando consequências para a Administração Pública, como a proibição de nomeação de novos concursados e a concessão de reajustes salariais.

Art. 40 (emenda 128)

O referido artigo é cópia da redação do art. 8º da Lei nº 13.303/2016. Assim, no intuito de não disciplinar matéria estranha às diretrizes orçamentárias e pelo fato de o Distrito Federal já ser obrigado ao regramento normativo citado, independente de previsão na LDO, veta-se o artigo referido.

Art. 42 e 43 (emenda 97)

Ocorreu inexatidão no número do Decreto distrital mencionado na emenda. Ademais, o parâmetro de preço relativo à contratação de serviços terceirizados de caráter continuado, na impossibilidade de ser adotado o "SIC/DF", deve ser a atual métrica de apuração de custos, que adota os "Programas de Trabalho" como centro de custos.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



Inciso I do art. 47 (emenda 99)

Houve alteração no inciso original encaminhado à Câmara Legislativa. No texto anterior havia a proibição expressa de qualquer aumento retroativo. Entretanto, com a redação atual, esse mecanismo de controle foi fragilizado. Diante do exposto, veta-se o dispositivo para não criar precedentes para a concessão de aumentos retroativos.

Art. 52 (emenda 129)

Tendo em vista a inserção do art. 32 pela Câmara Legislativa, que deu nova redação à programação orçamentária da Defensoria Pública, a emenda em apreço restou incompatível com o texto.

Art. 54 (emenda 100)

A situação fiscal do Distrito Federal está crítica, com crescentes dificuldades para honrar os seus compromissos financeiros. Situação observada não somente em âmbito local, mas em plano nacional.

Infelizmente a receita pública é uma variável exógena, que pode não se realizar a contento e de acordo com as expectativas governamentais. Assim, veta-se o dispositivo em tela, diante da impossibilidade material de seu efetivo cumprimento.

Art. 65 (emenda 106)

Ao se priorizar o pagamento de restos a pagar dos contratos de terceirização de serviços de mão-de-obra em detrimento dos demais, está se retirando a autonomia do Ordenador de Despesas de cada Unidade Gestora. Somente ao mesmo cabe a preleção de suas prioridades e pagamentos de despesas mais urgentes.

A referida emenda, se aprovada, também poderia inviabilizar o pagamento de despesas prioritárias vinculadas à área de saúde e educação, por exemplo.

Por fim, prorrogar a validade dos restos a pagar até o final do exercício significaria atrelar recursos por um ano a despesas passíveis de não liquidação, contrariando o interesse público, na medida em que os recursos vinculados deixariam de ser aplicados em ações sociais e emergenciais.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado

Presidente

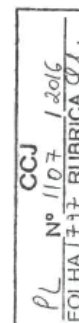
[Handwritten signature]
RELATOR


[Handwritten signature]
DEP. BISPO RENATO

Deputada SANDRA FARAJ

Relatora

[Handwritten signature]



		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min		

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – É bom lembrar, Sr. Presidente, que estou apenas lendo aquilo que o Governador falou nas suas razões de veto, porque o nosso Bloco Amor por Brasília, do qual fazemos parte os Deputados Wellington Luiz, Rafael Prudente, Agaciel Maia e eu, votaremos pela derrubada dos vetos.

(Manifestações da galeria)

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu preciso de um esclarecimento. Eu fiz uma pergunta: se o encaminhamento é apenas para os vetos ao Anexo IV, que trata de despesa de pessoal, porque nós queremos fazer outro destaque – ao art. 40, que foi vetado não sei por quê. Um governo que alega transparência... Esse é um procedimento que nós procuramos e que está hoje no âmbito federal. Não entendi as razões pelas quais o Governador vetou. Então, eu quero pedir a inclusão desse item para que seja também derrubado o veto ao art. 40.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Quero consultar os Líderes se há acordo para a votação em bloco dos vetos parciais. Há acordo? Todos estão de acordo?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.


DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero confirmar se o art. 40 está incluído no acordo de derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Sim, Deputado, quando V.Exa. requereu, nós acatamos, então isso está inserido.

Então, conforme solicitação do Deputado Delmasso, votaremos primeiro os vetos parciais ao Anexo IV – linhas 8, 9, 58, 68, 70, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 100, 102, 113, 114, 115, 117 e 119 – e ao art. 40, conforme requerido pelo Deputado Wasny de Roure, com acordo pela rejeição.

Logo após, apreciaremos os vetos parciais ao parágrafo único do art. 32, aos arts. 40, 42 e 43, ao inciso I do art. 47, aos arts. 52, 54 e 65 e aos dispositivos dos anexos I, II e III, com acordo pela manutenção.

O Plenário está de acordo?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min	Sessão/Reunião 93ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 20

Solicito o encaminhamento dos Líderes para a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O art. 40 se refere à Emenda nº 128. O nosso encaminhamento é pela derrubada dos vetos já previamente acordados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Já está incluído. Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O Bloco Sustentabilidade e Trabalho, composto pelos Deputados Cláudio Abrantes, Prof. Israel, Joe Valle e Prof. Reginaldo Veras, é pelo que ficou acordado: a derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O Bloco Juntos por Brasília, composto por mim e pelas Deputadas Telma Rufino, Sandra Faraj – a quem peço que desça para votar – e Liliane Roriz, também encaminha pela derrubada do veto, ou seja, pelo voto “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (Bloco Brasília em Evolução. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O Bloco Brasília em Evolução, formado por mim, Deputada Luzia de Paula, pelo Deputado Juarezão e pelo Deputado Julio Cesar, é pela derrubada do veto.


PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pelo Bloco Amor por Brasília, para encaminhar a votação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em respeito à população de Brasília, em respeito a esses servidores e candidatos, o encaminhamento é pela derrubada dos vetos.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Só quero informar aos Deputados, para que não haja erro na votação, que, quando se fala na derrubada dos vetos, nós vamos votar “não”, porque isso significa: “Eu não aceito a manutenção do veto”. Só isso. Só quero deixar também explicado para a galeria que o voto dos Deputados vai ser “não”. Se votar “sim”, é pela manutenção; “não” é pela derrubada.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
25 10 2016		16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros, pelo PSDB, para encaminhar a votação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela derrubada dos vetos, em benefício dos concursados, conforme foi acordado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agora eu, Deputado Raimundo Ribeiro, vou encaminhar a votação pelo Bloco Popular Solidário Social.

O nosso bloco é integrado pelo Deputado Cristiano Araújo, Deputada Celina Leão e Deputado Raimundo Ribeiro. O nosso encaminhamento é pela derrubada do veto, principalmente em respeito ao Distrito Federal. Muito obrigado.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Wasny de Roure, me perdoe, porque eu pensei que V.Exa. já tinha encaminhado a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores, composto pelo Deputado Chico Vigilante, Deputado Ricardo Vale e Deputado Wasny de Roure, votará pela derrubada do veto, conforme foi acordado.

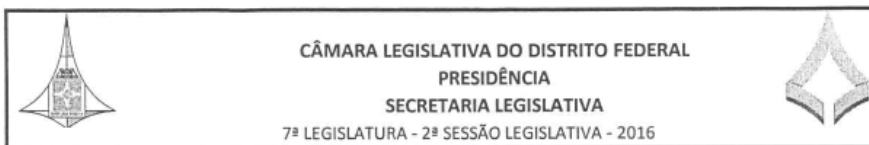
PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Passa-se à apreciação do veto parcial.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.


Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.


(Procede-se à votação nominal.)



VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.107/2016					DATA: 25/10/2016				
ANEXO IV: LINHAS 8, 9, 58, 68, 70, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 100, 102, 113, 114, 115, 117 E 119; ARTIGO 40									
AUTORIA: PODER EXECUTIVO									
RELATOR: DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE									
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.	
1	AGACIEL MAIA	PR				1			
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1					
3	CELINA LEÃO	PPS		1					
4	CHICO LEITE	REDE		1					
5	CHICO VIGILANTE	PT		1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1					
8	DELMASSO	PTN		1					
9	JOE VALLE	PDT				1			
10	JULIO CESAR	PRB		1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1			
12	LIRA	PHS		1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1					
14	PROF. ISRAEL	PV		1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1					
18	RICARDO VALE	PT		1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1			
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1					
24	JUAREZÃO	PSB		1					
RESULTADO			0	20	0	4	0	24	

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ()	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
20	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min	Sessão/Reunião 93ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 22

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Apenas retificando que onde se leu linha 103 é linha 113.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação:

O veto parcial ao anexo IV em suas linhas 8, 9, 58, 68, 70, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 100, 102, 113, 114, 115, 117 e 119 e ao art. 40 do Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, foram rejeitados com: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Bem, passemos à segunda votação.

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.


PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento nós acabamos de derrubar o veto a uma emenda de autoria da nossa bancada – do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Ricardo Vale, e Deputado Wasny de Roure. A despeito da importante posição que a Casa acaba de tomar com relação às previsões da contratação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, estamos dando pela primeira vez, Sr. Presidente, a transparência nos procedimentos das contas públicas das empresas governamentais, das empresas estatais. Esta medida já existe no âmbito do Governo Federal. Passará agora a existir no âmbito do Distrito Federal.

Nós lamentamos que o governo não tenha entendido aquilo que é para o bem da população. Saber quais são os salários, os investimentos, o programa de trabalho da Caesb, da CEB, da Terracap. Saber as remunerações das respectivas direções. Portanto, esta emenda vem dar transparência ao Estado e vem dar acompanhamento por parte da população. Por isso eu quero cumprimentar os colegas Deputados que tiveram a lucidez de poder reconhecer o momento importante que a cidade vive. Não basta o governo dizer que economizou, não basta o governo dizer que não tem dinheiro para dar os reajustes e fazer vista grossa para aquilo que está acontecendo nas nossas empresas estatais. Isso que é inadmissível, Sr. Presidente. Isso é um jogo de duas palavras. É tratar o trabalhador de maneira diferenciada para aquilo que vem da mesma fonte de recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Retificando a votação, os vetos foram rejeitados com 20 votos contrários. Houve 4 ausências.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min	Sessão/Reunião 93ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 23

Passamos à segunda votação referente aos vetos parciais ao parágrafo único do art. 32 e aos arts. 40, 42 e 43, ao inciso I do art. 47, aos arts. 52, 54, 65 e aos dispositivos nos anexos I, II e III.

Solicito aos Líderes que informem se concordam com votação, lembrando que o acordo é pela manutenção do veto.

Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento. Na votação anterior estava, de fato, incluída a Emenda nº 128? O Deputado Raimundo Ribeiro havia me informado que sim, que a Emenda nº 128 estaria incluída na votação. Eu quero esse esclarecimento, porque então deve ser considerado como um destaque a ser votado em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Foi feito ao art. 40.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – É isso mesmo, 128.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – o art. 40 é a Emenda nº 128. Eu falei isso antes da votação. Eu quero ter o reconhecimento por parte da Mesa desta informação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu vou consultar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O art. 40 estava posicionado na Emenda nº 128.

(Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Obrigado, Sr. Presidente, está esclarecido.

Continuando, solicito aos Líderes que informem se concordam com votação, lembrando que o acordo é pela manutenção do veto.

Deputado Prof. Reginaldo Veras – Sim.

Deputado Delmasso. (Pausa.)

Deputado Wellington Luiz – Sim.


Deputado Lira. (Pausa.)

DEPUTADO LIRA – Acordo de quê? Só para eu poder entender.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Ao resto do veto, à manutenção dos vetos.

DEPUTADO LIRA – Eu vou conversar com o meu pessoal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Prosseguindo...

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min	Sessão/Reunião 93ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 24

Deputado Raimundo Ribeiro – Sim.

Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o seguinte, esses vetos, é bom que se diga, não alteram nada do que foi discutido agora com relação aos servidores. Eles não têm necessidade de serem votados agora, portanto eu sugiro a V.Exa. que os deixe para terça-feira. Até terça-feira todo mundo analisa com cuidado para ver se há alguma vírgula com a qual a gente não concorda. Não vai trazer prejuízo nenhum ao servidor se deixarmos isso para terça-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Há esse acordo, Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA – Vamos deixar para terça-feira, Sr. Presidente. Ok?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu consulto os Líderes novamente se há acordo ou não para votar o restante dos vetos.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Voltando atrás ao que eu falei há pouco, vamos votar esse negócio hoje aqui rapidinho. De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Prof. Reginaldo Veras?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Vamos votar e manter os vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Wellington Luiz?


DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conversei com os Parlamentares do bloco e não há acordo para votar hoje. Acompanho a sugestão do Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não há acordo. Passaremos aos próximos itens. Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os vetos parciais de autoria do Poder Executivo, acordados na reunião de Líderes hoje, em bloco, pelo processo nominal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós tínhamos feito, e o Marcelo acompanhou, o levantamento de um conjunto de itens que poderiam ser votados conjuntamente. Os itens referem-se a orçamentos do ano passado, e aquilo que foi vetado já se tornou sem efeito. Nós

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 25 10 2016	Horário Início 16h35min	Sessão/Reunião 93ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 25

liquidaríamos um número significativo da pauta. A matéria é tranquila, o Marcelo tinha o número desses itens, não sei se ele vai recordar. Poderíamos votá-los de maneira conjunta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Essa é uma consulta que farei aos Deputados. A votação será dos itens nºs 2 a 18. Consulto os Líderes.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, há acordo? (Pausa.) Ok.

O Deputado Delmasso está ausente.

Deputado Wellington Luiz? (Pausa.) Ok.

Deputado Lira? (Pausa.) Ok.

Deputado Raimundo Ribeiro? (Pausa.)

Deputado Wasny de Roure? (Pausa.) Sim.

Deputado Robério Negreiros, há acordo? (Pausa.) Há acordo.

Havendo acordo, solicito à Secretária que proceda à leitura dos itens acordados para votação em bloco.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a retirada neste momento do item nº 13, de minha autoria. Ele nada tem a ver com o acordo de Líderes, e eu não autorizei ainda a manutenção do veto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.


DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que nós acertamos foram vetos em matérias orçamentárias, matérias que já venceram e que estão repetindo as suas reedições na pauta. Isso é absolutamente desnecessário. Podemos votar em bloco, e já fizemos isso em outras oportunidades sem nenhum prejuízo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Passa-se à apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 7:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.911, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências”.

Item nº 8:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 10 2016		16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.003, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2015".

Item nº 10:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 648, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2016".

Item nº 12:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 995, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)".

Item nº 14:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.133, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$14.245.803,00 (quatorze milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e três reais)".

Item nº 15:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$60.838.164,00 (sessenta milhões, oitocentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e quatro reais)".

Item nº 18:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.110, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)".

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir os relatórios da Comissão de Constituição e Justiça sobre as matérias.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir relatórios.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são os seguintes os relatórios:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 3, DE 2014 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.911/2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem n.º 217/2014-GAG (fls. 1329/1355), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1.911, de 2014, de autoria daquele Poder, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações a redação final ficou na forma acostada às fls. 741/770.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de alguns de seus dispositivos.

Os dispositivos V e VI do § 2º do art. 1º foram vetados sob o argumento de que o caráter impositivo inserido nos dispositivos condiciona a execução orçamentária e financeira a despesas consideradas eminentemente discricionárias do Governo.

O artigo 23, II, foi vetado com o objetivo de evitar a duplicidade de programações no âmbito de uma mesma unidade orçamentária, o que geraria problemas de ordem técnico-operacional e poderia prejudicar o processo de avaliação de ações por programa do Plano Plurianual – PPA.

2

O artigo 25, § 2º, permite a discriminação na contrapartida de subvenções sociais, nos casos de despesas relativas a investimentos, no caso das ações originárias dos fundos FDCA/DF (Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente) e FUNDAP/DF (Fundo Antidrogas do Distrito Federal). Como se trata de ação social, o dispositivo colide com o objetivo pretendido no artigo, portanto contrário ao interesse público do Distrito Federal, justificando o veto.

O artigo 84 foi vetado, pois o prazo fixado no artigo é muito exíguo, não sendo possível proceder ao levantamento dos benefícios classificados como renúncia de receita em menos de noventa dias, prazo necessário ao fechamento dos sistemas para fins de fechamento do Balanço Patrimonial.

Quanto ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO, as justificativas dos vetos apresentados pelo Chefe do Poder Executivo foram compiladas em tabela, acostada a fls. 1331/1332.

Informa, ainda, que as programações que envolvem financiamentos internos e externos (Operações de Crédito), deverão constar deste anexo e da Lei Orçamentária, por imposição do Manual de Instrução de Pleitos – MIP.

Além disso, no rol das prioridades do Poder Legislativo, há incorreções que não permitem a execução orçamentária à luz da legislação pertinente.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente



DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 1, DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 2003/2014, que *Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2015.*

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 333/2014-GAG, de 31 de dezembro de 2014, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 2003/2014, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2015.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 3426 a 4878.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que "a matéria constante dos arts. 8º e 9º foram inseridos no texto por emenda parlamentar, sem guardar, no entanto, pertinência temática com a matéria levada à deliberação dessa Casa". Observou que "a matéria dos dois artigos é própria das diretrizes orçamentárias e não da Lei Orçamentária Anual. Nesta, não pode haver dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa (LODF, art. 149, § 11)".

Informou ainda que vetou o Programa de Trabalho relativo a manutenção de serviços administrativos gerais, contratos de serviços de limpeza, Secretaria de Estado da Saúde, constante da programação do Fundo de Saúde do DF, a fim de recompor a reserva de contingência, nos termos do art. 31 da Lei nº 5.389/2014.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

em.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 2003 / 2014
FOLHA 7123 RUBRICA 99

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 2003/14
FOLHA 7123 RUBRICA 99



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01, DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 995/2016, que "Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 250.000,00".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 90/2016-GAG, de 29 de abril de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 995/2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 250.000,00".

A proposição em comento foi aprovada com alteração, ficando a redação final conforme fl. 356.

Em sua exposição de motivos, o Governador informa que o veto parcial incidiu sobre o conteúdo das seguintes emendas parlamentares:

Emenda nº 11-P de autoria dos Deputados Júlio César/ Rafael Prudente/ Wasny de Roure, no valor de R\$ 300.000,00. Foi vetada em razão da incompatibilidade entre as fontes indicadas na Unidade Orçamentária.

Emenda nº 8 de autoria do Deputado Juarezão, no valor de R\$ 130.000,00. Foi vetada devido a incompatibilidade com os objetivos específicos do programa temático indicado e com o PPA (Plano Plurianual) 2016-2019.

Emenda nº 9 de autoria do Deputado Juarezão, no valor de R\$400.000,00; emendas nº 19, 22 e 88 de autoria do Deputado Júlio César, no valor de R\$ 850.000,00; emendas nº 70, 74 e 77 de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, no valor de R\$ 1.300.000,00 e as emendas nº 119, 118, 122, 123, 125, 126 e 128 de autoria do Deputado Wellington Luiz, no valor de R\$ 3.785.000,00, foram vetadas em razão da incompatibilidade com o PPA (Plano Plurianual).

Emenda nº 69, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, no valor de R\$ 150.000,00. Foi vetada porquanto é incompatível com o PPA (Plano Plurianual), uma vez que o mesmo veda a utilização de mais de um programa de gestão na Unidade Orçamentária indicada.

Emenda nº 108, de autoria do Deputado Chico Vigilante, no valor de R\$ 200.000,00. Foi vetada, porque é incompatível com o PPA (Plano Plurianual),

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

uma vez que o mesmo veda a utilização de mais de um programa de gestão na Unidade Orçamentária indicada.

Emenda nº 112, de autoria do Deputado Chico Vigilante, no valor de R\$ 300.000,00. Foi vetada, porque a programação sugerida não se vinculou ao programa adequado. Assim, a emenda se mostra incompatível com o PPA (Plano Plurianual).

Emenda nº 135, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, no valor de R\$ 500.000,00. Foi vetada por incompatibilidade com o PPA (Plano Plurianual) 2016-2019, uma vez que a ação apresentada diverge dos objetivos do programa temático indicado.

Emenda nº 8-P, de autoria do Deputado Wellington Luiz, no valor de R\$ 4.000.000,00. A programação não pode ser atendida porque ainda não foi regulamentada no Distrito Federal, bem como inexistente margem de expansão para despesa continuada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Emenda nº 9-P, de autoria do Deputado Wasny de Roure, no valor de R\$ 1.680.000,00. O objetivo desta emenda era criar diversos subtítulos em diversas unidades orçamentárias, todavia, devido a insuficiência de saldo e a incompatibilidade de alguns programas com o PPA (Plano Plurianual) 2016-2019, fez-se necessário a oposição de veto parcial.

Emenda nº 55, de autoria do Deputado Chico Leite, no valor de R\$ 200.000,00. Foi vetada, uma vez que a fonte de cancelamento não possui saldo suficiente para realizar o remanejamento proposto.

Emendas nº 18 e 21, de autoria do Deputado Júlio César, no valor de R\$ 300.000,00; emenda nº 61, de autoria do Deputado Chico Leite, no valor de R\$ 100.000,00; emenda nº 71, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, no valor de R\$ 150.000,00; emendas nº 80, 83, 84, 3-P e 4-P, de autoria da Deputada Telma Rufino, no valor de R\$ 720.000,00 e a emenda nº 117, de autoria do Deputado Wellington Luiz, no valor de R\$ 150.000,00, foram vetadas em decorrência da vedação prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 5.519/2015.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente


Deputada SANDRA FARAÍ
Relatora

emm.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1133/2016, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 2.100.000,00".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 146/2016-GAG, de 28 de julho 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 1133/2016, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 2.100.000,00.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 156.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que vetou parcialmente os seguintes dispositivos do projeto, pelas razões abaixo mencionadas:

Emendas nº 2 e 3, de autoria do Dep. Agaciel Maia, no valor de R\$ 400.000,00. Deu-se o veto pois a "ação" proposta deve corresponder ao "programa" correspondente.

Emenda nº 11, de autoria da Dep. Luzia de Paula, no valor de R\$ 250.000,00. Deu-se o veto pois a "ação" proposta está em desacordo com o objetivo da "programação".

Emenda nº 18, de autoria do Dep. Bispo Renato Andrade, no valor de R\$ 50.000,00. Deu-se o veto pois a unidade orçamentária indicada para receber o crédito não existe.

Emendas nº 27 e 28, de autoria do Dep. Chico Vigilante, no valor de R\$ 450.000,00. Deu-se o veto porque deveria haver duas emendas para a finalidade proposta.

Emendas nº 38, 39 e 42 de autoria do Dep. Lira, no valor de R\$ 470.000,00. A programação sugerida deve se vincular a outro programa temático, bem como a "ação" indicada está em desacordo com o "subtítulo".



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



Emenda nº 12, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso, no valor de R\$ 750.000,00. Deu-se o veto ante a insuficiência de saldo no "programa de trabalho" apontado para financiar o referido crédito.

Emenda nº 19, de autoria do Dep. Roosevelt Vilela, no valor de R\$ 200.000,00. De igual modo, ocorreu o veto ante a insuficiência de saldo no "programa de trabalho" apontado para financiar o referido crédito.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente


Deputada SANDRA FARAJ
Relatora



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01, DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1119/2016, que "Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.287.109,00".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 145/2016-GAG, de 28 de julho 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 1119/2016, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.287.109,00.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 168.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que vetou parcialmente os seguintes dispositivos do projeto, pelas razões abaixo mencionadas:

Emendas nº 2, de autoria do Dep. Wasny de Roure, no valor de R\$ 780.000,00. A execução da "ação" proposta deve corresponder ao "programa" correspondente.

Emenda nº 3, de autoria do Dep. Cláudio Abrantes, no valor de R\$ 2.785.000,00. O "programa" proposto não existe no atual PPA. Ademais, houve inadequação quanto ao "programa" indicado.

Emenda nº 10, de autoria do Dep. Rafael Prudente, no valor de R\$ 395.002,00. Restou insuficiente o saldo no programa de trabalho indicado para cancelamento.

Emenda nº 13, de autoria do Dep. Wellington Luiz, no valor de R\$ 410.012,00. Restou insuficiente o saldo no programa de trabalho indicado para cancelamento.

Emenda nº 21, de autoria da Dep. Telma Rufino, no valor de R\$ 250.000,00. Mostrou-se incorreta a regionalização indicada.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



Emenda nº 22, de autoria da Dep. Celina Leão, no valor de R\$ 5.000.000,00. Mostrou-se inexistente o programa de trabalho apontado para receber recursos de crédito suplementar.

Emenda nº 23, de autoria da Dep. Telma Rufino, no valor de R\$ 300.000,00. Restou insuficiente o saldo no programa de trabalho indicado.

Emenda nº 25, de autoria do Dep. Wellington Luiz, no valor de R\$ 500.000,00. Restou insuficiente o saldo no programa de trabalho indicado.

Emenda nº 26, de autoria da Dep. Celina Leão, no valor de R\$ 120.000,00. Foi apostado o veto ante a impossibilidade de aplicação da emenda na modalidade apontada.

Emenda nº 28, de autoria da Dep. Telma Rufino, no valor de R\$ 186.336,00. Restou insuficiente o saldo no programa de trabalho indicado.

Emenda nº 40, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso, no valor de R\$ 700.000,00. Restou insuficiente o saldo no programa de trabalho indicado.

Emenda nº 51, de autoria da Dep. Telma Rufino, no valor de R\$ 70.000,00. Foi apostado o veto ante a insuficiência de saldo no programa de trabalho apontado.

Emenda nº 54, de autoria da Dep. Telma Rufino, no valor de R\$ 150.000,00. Foi apostado o veto em razão de inexistir a unidade orçamentária apontada.

Emenda nº 64, de autoria da Dep. Luzia de Paula, no valor de R\$ 250.000,00. Deu-se o veto pois a "ação" indicada destina-se somente à "realização" de eventos, sendo incompatível a proposta de "aquisição" de eventos.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente


Deputada SANDRA FARAJ
Relatora



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1110/2016, que "Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.000.000,00".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 122/2016-GAG, de 06 de julho 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 1110/2016, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.000.000,00.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 505.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que vetou parcialmente os seguintes dispositivos do projeto, pelas razões mencionadas abaixo:

Emenda nº 56, de autoria do Dep. Bispo Renato Andrade, no valor de R\$ 50.000,00. As programações de apoio à cultura devem ser vinculadas ao programa orçamentário correspondente.

Emendas nº 76P e 87P, de autoria da Dep. Celina Leão, no valor de R\$ 5.800.000,00. O programa proposto não existe no atual PPA 2016-2019. Ademais, não existe a programação na unidade orçamentária indicada.

Emendas nº 43, 44, 46 e 47, de autoria do Dep. Chico Leite, no valor de R\$ 1.900.000,00. A programação pretendida deve vincular-se à ação correspondente. Ademais, ocorreu inadequação no conteúdo da emenda apresentada.

Emenda nº 23P, de autoria do Dep. Cláudio Abrantes, no valor de R\$ 455.000,00. Não existe a programação na unidade orçamentária indicada.

Emendas nº 49P e 86P, de autoria do Dep. Cristiano Araújo, no valor de R\$ 7.100.000,00. O programa proposto e a ação indicada não existem no atual PPA 2016-2019.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



Emendas nº 60P, 63P e 64P, de autoria do Dep. Júlio César, no valor de R\$ 440.000,00. A ação é incompatível com o programa indicado, bem como ocorreu inadequação no conteúdo na emenda apresentada.

Emendas nº 34 e 46P, de autoria do Dep. Prof. Israel Batista, no valor de R\$ 3.990.000,00. Não existe o subtítulo na unidade orçamentária indicada.

Emenda nº 85P, de autoria do Dep. Rafael Prudente, no valor de R\$ 5.000.000,00. O programa proposto não existe no atual PPA 2016-2019.

Emenda nº 67, de autoria do Dep. Raimundo Ribeiro, no valor de R\$ 1.000.000,00. Não há saldo suficiente no programa de trabalho indicado.

Emendas nº 19P, 79P e 80P, de autoria do Dep. Robério Negreiros, no valor de R\$ 6.300.000,00. O programa proposto não existe no atual PPA 2016-2019.

Emenda nº 70, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso, no valor de R\$ 300.000,00. A programação foi vinculada incorretamente no programa indicado.

Emenda nº 55P e 57P, de autoria do Dep. Wasny de Roure, no valor de R\$ 400.000,00. A programação não existe na unidade orçamentária indicada.

Emenda nº 70P, de autoria do Dep. Wellington Luiz, no valor de R\$ 1.500.000,00. O programa apontado não existe no atual PPA 2016-2019.

Emendas nº 27P e 82P, de autoria do Dep. Roosevelt Vilela, no valor de R\$ 1.050.000,00. O programa proposto não existe no atual PPA 2016-2019, assim como as programações foram vinculadas incorretamente.


Emendas nº 48P, 50P, 113 e 114, de autoria da Dep. Telma Rufino, no valor de R\$ 6.495.000,00. A ação proposta e o programa indicado não existem no atual PPA 2016-2019, bem como as programações foram vinculadas incorretamente.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente


Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 10 2016	16h35min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Informo aos Srs. Deputados que, na sessão ordinária do dia 23/02/2016, foi proferido o relatório sobre o veto referente ao Projeto de Lei nº 648, de 2015.

Vetos rejeitados: emendas de nºs 673 a 687 e Emenda nº 691.

Procederemos à votação do § 2º do art. 8º e das emendas parlamentares 688, 689, 690, 726 referentes ao Projeto de Lei nº 648, de 2015.

Em discussão os vetos. (Pausa.)

Informo, ainda, que os vetos parciais também serão votados em bloco, caso não haja manifestação em contrário.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Não há em plenário *quorum* necessário para deliberação.

A apreciação dos itens da pauta em fase de votação fica adiada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h29min.)



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br